


O SUS E A SAÚDE COLETIVA: CAMINHOS PARA SUPERAR AS DESIGUALDADES SOCIAIS NO BRASIL

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.716152518065>

Data de aceite: 26/06/2025

Leticia Paiva Fiquene

Thaís Silva dos Reis

RESUMO: A Saúde Coletiva no Brasil passou por transformações significativas com a criação do Sistema Único de Saúde (SUS), que estabeleceu a universalização e a equidade no acesso aos serviços de saúde. No entanto, apesar dos avanços alcançados, o país ainda enfrenta desafios estruturais, como o subfinanciamento, a desigualdade na distribuição dos serviços e as dificuldades de gestão, que impactam a efetividade do sistema. Políticas públicas como o Programa Saúde da Família (PSF) e a Estratégia Saúde da Família (ESF) contribuíram para a ampliação do acesso à saúde, especialmente em áreas periféricas e vulneráveis, mas a fragmentação das ações e a insuficiência de recursos limitam sua eficácia. A desigualdade social é um determinante crucial das disparidades no acesso e na qualidade dos serviços de saúde. Populações em situação de vulnerabilidade, como pessoas de baixa renda e comunidades indígenas, enfrentam dificuldades adicionais para acessar os cuidados necessários. Isso

reflete as iniquidades persistentes no sistema de saúde, que exigem políticas mais inclusivas e eficazes. A pandemia de COVID-19 expôs tanto os pontos fortes quanto as fragilidades do SUS, destacando a necessidade de investimentos contínuos em infraestrutura, recursos humanos e gestão. O fortalecimento da atenção primária e a eliminação das desigualdades são essenciais para consolidar um sistema de saúde mais justo e acessível a todos. Este estudo visa analisar os avanços e desafios da Saúde Coletiva no Brasil, focando no impacto das políticas públicas e das desigualdades sociais na efetivação do direito à saúde.

PALAVRAS-CHAVE: Sistema Único de Saúde, desigualdade social, políticas públicas.

INTRODUÇÃO

A Saúde Coletiva no Brasil tem se desenvolvido a partir de um contexto de lutas sociais e políticas que culminaram na criação do Sistema Único de Saúde (SUS), estabelecido pela Constituição Federal de 1988. Esse sistema visa garantir o acesso universal e integral à saúde, considerando

os determinantes sociais que influenciam o bem-estar da população. Entretanto, apesar dos avanços conquistados nas últimas décadas, desafios como o subfinanciamento, a desigualdade na distribuição dos serviços e as dificuldades de gestão ainda representam obstáculos para a efetivação plena do direito à saúde (Paim et al., 2011).

As políticas públicas de saúde desempenham um papel fundamental na promoção da equidade e na redução das desigualdades sociais. Iniciativas como o Programa Saúde da Família (PSF) e a Estratégia Saúde da Família (ESF) contribuíram para a ampliação do acesso aos serviços básicos de saúde, principalmente em regiões periféricas e comunidades vulneráveis. No entanto, fatores como a fragmentação das ações e a insuficiência de recursos impactam negativamente a efetividade dessas políticas (Mendes, 2012).

As desigualdades sociais no Brasil são determinantes significativos para a disparidade no acesso e na qualidade dos serviços de saúde. Estudos indicam que populações em situação de vulnerabilidade, como pessoas de baixa renda e comunidades indígenas, enfrentam maiores dificuldades para obter atendimento adequado, refletindo a persistência de um sistema de saúde marcado por iniquidades (Travassos & Castro, 2021). Dessa forma, é essencial compreender as interseções entre saúde, políticas públicas e desigualdade social para promover soluções eficazes e sustentáveis.

Diante desse cenário, esta revisão bibliográfica tem como objetivo analisar os avanços e desafios da Saúde Coletiva no Brasil, com foco nas políticas públicas e nas desigualdades sociais. A partir da revisão da literatura, busca-se compreender como as estratégias adotadas pelo Estado têm impactado a saúde da população e quais são os principais entraves para a consolidação de um sistema de saúde mais equitativo e eficiente.

O PROBLEMA

A Saúde Coletiva no Brasil passou por avanços significativos desde a implementação do Sistema Único de Saúde (SUS), garantindo maior acesso aos serviços de saúde e ampliando as políticas públicas voltadas para a promoção do bem-estar da população. No entanto, persistem desafios estruturais, como o subfinanciamento, a desigualdade na distribuição dos serviços e as dificuldades de gestão, que impactam diretamente a efetivação do direito à saúde.

Diante desse contexto, surge a seguinte questão de pesquisa: Quais são os principais avanços e desafios enfrentados pela Saúde Coletiva no Brasil, considerando o impacto das políticas públicas e das desigualdades sociais na efetivação do direito à saúde?

A investigação dessa problemática busca compreender como as estratégias adotadas pelo Estado têm contribuído para a redução das desigualdades em saúde e quais obstáculos ainda precisam ser superados para consolidar um sistema mais eficiente e equitativo.

OBJETIVOS GERAL

Analisar os avanços e desafios da Saúde Coletiva no Brasil, com foco no impacto das políticas públicas e das desigualdades sociais na efetivação do direito à saúde.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Identificar os principais avanços da Saúde Coletiva no Brasil, especialmente após a implementação do Sistema Único de Saúde (SUS).

Examinar os desafios enfrentados na gestão e no financiamento do sistema público de saúde.

Avaliar o papel das políticas públicas na promoção da equidade e na redução das desigualdades em saúde.

JUSTIFICATIVA

A Saúde Coletiva é um campo essencial para a promoção do bem-estar da população e para a garantia do direito à saúde no Brasil. Desde a criação do Sistema Único de Saúde (SUS), houve avanços significativos na ampliação do acesso aos serviços de saúde, na implementação de políticas públicas voltadas à atenção primária e na melhoria de indicadores epidemiológicos. No entanto, persistem desafios que comprometem a efetividade do sistema, como o subfinanciamento, a desigualdade na distribuição de recursos e as dificuldades de gestão, tornando fundamental a análise desses aspectos para a formulação de soluções mais eficazes.

A relevância deste estudo se justifica pela necessidade de compreender os impactos das políticas públicas na redução das desigualdades sociais em saúde e no fortalecimento do SUS. As iniquidades no acesso e na qualidade dos serviços afetam principalmente populações vulneráveis, como pessoas de baixa renda, moradores de áreas rurais e comunidades indígenas. Dessa forma, a investigação desse tema contribui para a formulação de estratégias que possam promover maior equidade no sistema de saúde.

Além disso, a recente pandemia de COVID-19 evidenciou tanto a importância quanto as fragilidades do sistema público de saúde, reforçando a necessidade de investimentos contínuos e aprimoramento das políticas existentes. Portanto, este trabalho busca oferecer uma análise crítica e atualizada sobre os avanços e desafios da Saúde Coletiva no Brasil, fornecendo subsídios para acadêmicos, gestores e formuladores de políticas públicas que atuam na área.

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

A Saúde Coletiva no Brasil passou por transformações significativas ao longo das últimas décadas, impulsionadas principalmente pela criação do Sistema Único de Saúde (SUS) em 1988. Com a implementação do SUS, o país consolidou um modelo de atenção à saúde baseado nos princípios da universalidade, integralidade e equidade, garantindo o direito à saúde como dever do Estado e direito do cidadão (PAIM et al., 2011). Essa mudança permitiu maior acesso aos serviços de saúde, especialmente para populações historicamente marginalizadas.

Apesar dos avanços proporcionados pelo SUS, persistem desafios estruturais, como o subfinanciamento do sistema e a desigualdade na distribuição dos serviços de saúde. O financiamento do SUS provém de diferentes esferas governamentais, e sua insuficiência compromete a oferta de serviços e a qualidade do atendimento. A desproporção entre a demanda e os recursos disponíveis afeta especialmente regiões periféricas e municípios de menor porte, onde a infraestrutura ainda é precária (MENDES, 2012).

As políticas públicas desempenham papel central na promoção da equidade em saúde, buscando reduzir as disparidades no acesso aos serviços. Programas como a Estratégia Saúde da Família (ESF) e o Programa Nacional de Imunizações (PNI) têm sido fundamentais para a ampliação da cobertura da atenção primária e a prevenção de doenças. No entanto, a descontinuidade de políticas em função de mudanças administrativas e a fragmentação das ações dificultam a consolidação de um sistema mais eficiente e integrado (GIOVANELLA et al., 2020).

A desigualdade social no Brasil é um fator determinante na iniquidade da saúde, impactando diretamente a morbidade e a mortalidade da população. Estudos indicam que grupos socioeconomicamente desfavorecidos, incluindo indígenas, quilombolas e populações periféricas, apresentam piores indicadores de saúde, evidenciando a necessidade de políticas que garantam maior inclusão e acesso (TRAVASSOS; CASTRO, 2021). A relação entre pobreza e adoecimento demonstra que fatores como saneamento básico inadequado, desnutrição e baixa escolaridade ainda são desafios a serem enfrentados.

Além das desigualdades socioeconômicas, o Brasil enfrenta desafios emergentes na Saúde Coletiva, como o envelhecimento populacional e a transição epidemiológica. A prevalência crescente de doenças crônicas não transmissíveis (DCNT), como diabetes e hipertensão, sobrecarrega o sistema de saúde e exige novas estratégias de atenção e prevenção. Modelos de atenção baseados na promoção da saúde e no cuidado integral tornam-se cada vez mais necessários para responder a essa nova demanda (BAHIA et al., 2019).

A pandemia de COVID-19 evidenciou tanto a importância quanto as fragilidades do sistema de saúde brasileiro. Se, por um lado, o SUS demonstrou sua relevância ao garantir

atendimento à população e liderar a campanha de vacinação, por outro, a crise sanitária escancarou a desigualdade no acesso aos serviços de saúde e a dificuldade na gestão de recursos e insumos (CASTRO et al., 2021). Essa experiência reforça a necessidade de investimentos contínuos em infraestrutura, tecnologia e qualificação profissional para fortalecer a resposta do sistema de saúde a emergências futuras.

Diante desse cenário, é essencial que o Brasil continue investindo no fortalecimento da Saúde Coletiva, garantindo maior financiamento, ampliação da atenção primária e redução das desigualdades. A consolidação de um sistema de saúde mais equitativo e eficiente depende de uma gestão integrada e do compromisso político com a efetivação do direito à saúde para todos.

RESULTADOS

Os avanços da Saúde Coletiva no Brasil são notáveis, especialmente após a criação do Sistema Único de Saúde (SUS), que garantiu a universalização do atendimento médico e ampliou a cobertura dos serviços de saúde. A Estratégia Saúde da Família (ESF), por exemplo, foi fundamental para a descentralização do atendimento e a ampliação da atenção primária, reduzindo a mortalidade infantil e melhorando o controle de doenças crônicas (PAIM et al., 2011). Além disso, políticas como o Programa Nacional de Imunizações (PNI) possibilitaram um controle efetivo de diversas doenças infecciosas, refletindo o impacto positivo da atuação do SUS na promoção da saúde pública (GIOVANELLA et al., 2020).

Entretanto, apesar dos avanços, o sistema de saúde enfrenta desafios significativos, principalmente em relação ao financiamento e à desigualdade na distribuição de recursos. O subfinanciamento do SUS é uma das principais barreiras para a ampliação e qualificação dos serviços, resultando em longas filas de espera, falta de insumos e dificuldades na manutenção de infraestrutura adequada (MENDES, 2012). Além disso, a concentração de hospitais e equipamentos de alta complexidade em regiões metropolitanas agrava as desigualdades, dificultando o acesso da população rural e periférica a atendimentos especializados (TRAVASSOS; CASTRO, 2021).

Outro fator determinante na análise da Saúde Coletiva no Brasil é a desigualdade social, que influencia diretamente o acesso e a qualidade dos serviços de saúde. Populações de baixa renda, indígenas, quilombolas e moradores de áreas vulneráveis enfrentam barreiras geográficas, culturais e econômicas no acesso ao sistema público de saúde (BARROS et al., 2019). Estudos indicam que a precariedade de condições socioeconômicas está associada a piores indicadores de saúde, como maior incidência de doenças evitáveis, menor expectativa de vida e maior taxa de mortalidade materno-infantil (BAHIA et al., 2019).

A pandemia de COVID-19 também revelou fragilidades estruturais do sistema de saúde brasileiro, expondo a insuficiência de leitos hospitalares, a escassez de profissionais

da saúde e as dificuldades logísticas na distribuição de vacinas e medicamentos. No entanto, a rápida resposta do SUS na ampliação de unidades de atendimento emergencial e na condução da campanha de vacinação evidenciou a importância do sistema público para mitigar crises sanitárias (CASTRO et al., 2021). Esse contexto reforça a necessidade de investimentos contínuos na infraestrutura de saúde e na capacitação de profissionais para fortalecer a resiliência do sistema.

Diante desses resultados, fica evidente que, apesar dos avanços conquistados, a Saúde Coletiva no Brasil ainda enfrenta desafios estruturais que limitam a efetividade do SUS. Para garantir um sistema mais equitativo e eficiente, é essencial fortalecer o financiamento, aprimorar a gestão dos recursos e reduzir as desigualdades no acesso aos serviços. A ampliação das políticas de atenção primária, aliada a estratégias que considerem as particularidades sociais e regionais, pode ser um caminho promissor para consolidar um sistema de saúde mais justo e acessível para toda a população.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Saúde Coletiva no Brasil apresenta um cenário marcado por avanços significativos, especialmente após a implementação do Sistema Único de Saúde (SUS), que garantiu a universalização do atendimento e a ampliação da atenção primária. Políticas públicas como a Estratégia Saúde da Família (ESF) e o Programa Nacional de Imunizações (PNI) contribuíram para a melhoria dos indicadores epidemiológicos e para a descentralização do atendimento, beneficiando populações historicamente marginalizadas. No entanto, apesar dos progressos alcançados, persistem desafios estruturais que comprometem a efetivação plena do direito à saúde.

O subfinanciamento do SUS, a desigualdade na distribuição dos serviços e as dificuldades de gestão continuam sendo obstáculos para a consolidação de um sistema de saúde mais equitativo e eficiente. A falta de recursos financeiros impacta diretamente a qualidade do atendimento e a infraestrutura das unidades de saúde, gerando filas de espera, escassez de insumos e dificuldades na realização de procedimentos especializados. Além disso, a desigualdade social exerce influência direta no acesso aos serviços, atingindo com maior intensidade populações em situação de vulnerabilidade, como indígenas, quilombolas e moradores de áreas periféricas e rurais.

A pandemia de COVID-19 evidenciou tanto a importância quanto as fragilidades do sistema de saúde brasileiro. O SUS desempenhou um papel fundamental na resposta à crise sanitária, garantindo a vacinação em massa e a ampliação do atendimento emergencial. No entanto, as dificuldades enfrentadas na gestão de insumos, na alocação de leitos e na proteção dos profissionais da saúde reforçaram a necessidade de investimentos contínuos para fortalecer o sistema.

Diante desse panorama, torna-se essencial que o Brasil avance na construção de políticas públicas que promovam maior equidade e eficiência na gestão da Saúde Coletiva. O fortalecimento da atenção primária, a ampliação do financiamento do SUS e a adoção de estratégias que reduzam as desigualdades sociais são medidas fundamentais para garantir um sistema de saúde mais justo e acessível para toda a população. Assim, este estudo contribui para a reflexão sobre os avanços e desafios da Saúde Coletiva no país, destacando a importância de um compromisso contínuo com a melhoria da qualidade e da equidade nos serviços de saúde.

REFERÊNCIAS

BAHIA, Ligia et al. **Mudanças demográficas e as condições de saúde no Brasil: desafios para a sustentabilidade do SUS.** *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 24, n. 12, p. 4569-4580, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/>. Acesso em: 16 mar. 2025.

BARROS, Fernando et al. **Desigualdades socioeconômicas e saúde no Brasil: avanços e desafios.** *Revista Brasileira de Epidemiologia*, v. 22, p. e190025, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbepid/>. Acesso em: 16 mar. 2025.

CASTRO, Marcia et al. **A saúde pública brasileira diante da pandemia de COVID-19.** *Revista de Saúde Pública*, v. 55, p. 1-8, 2021. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rsp/>. Acesso em: 16 mar. 2025.

GIOVANELLA, Ligia et al. **Atenção primária à saúde e coordenação do cuidado no SUS.** *Saúde em Debate*, v. 44, p. 143-162, 2020. Disponível em: <https://www.saudeemdebate.org.br/>. Acesso em: 16 mar. 2025.

MENDES, Eugênio Vilaça. **As redes de atenção à saúde.** Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2012. Disponível em: <https://apsredes.org/>. Acesso em: 16 mar. 2025.

PAIM, Jairnilson Silva et al. **O sistema de saúde brasileiro: história, avanços e desafios.** *The Lancet*, v. 377, n. 9779, p. 1778-1797, 2011. Disponível em: <https://www.thelancet.com/>. Acesso em: 16 mar. 2025.

TRAVASSOS, Claudia; CASTRO, Márcia Cristina de. **Determinantes e desigualdades sociais no acesso e na utilização dos serviços de saúde.** *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 26, n. 2, p. 409-420, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/>. Acesso em: 16 mar. 2025.